



Literatura infantil brasileira e estudos literários

Marisa Lajolo

Para Ana Maria Machado e Beth Serra, sisters forever...

*– Como eram as edições naquele tempo?
– Havia umas tantas galinhas velhas – Alves, Garnier, Brigueiet – que de vez em quando botavam um livro. Uma edição de mil exemplares durava a vida inteira. Tudo feito ao molde português, o qual português também copiava o francês. Nós mudamos tudo. Arranjamos desenhistas para substituir as monótonas “capas tipográficas” pelas capas desenhadas – moda que pegou e ainda perdura. Os balcões das livrarias encheram-se de livros com capas berrantes, vivamente coloridas, em contraste com a monotonia das eternas capas amarelas das brochuras francesas.
Monteiro Lobato (1956, p. 255)*

A partir das décadas finais do século XX, a literatura infantil¹ brasileira – como gênero – entra em cena. Quantitativa e qualitativamente impõe-se à área dos estudos literários, o que representa lucro para os dois lados. Se a literatura infantil ganha o *status* conferido às belas letras, os estudos literários ganham (mais) um objeto que, por algumas de suas peculiaridades, recoloca questões instigantes de Teoria e de História da literatura.

Começamos pela visibilidade quantitativa da literatura infantil apontada pela pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro encomendada à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL). Embora a regularidade do levantamento de seus dados a destaque entre suas congêneres, a interpretação de seus resultados pede certa prudência. A pesquisa se pauta, por exemplo, por dados fornecidos pelas próprias editoras; além disso, as categorias pelas quais títulos e exemplares são distribuídos nem sempre permitem compreensão exata do que recobrem. A que tipo de livro se referem categorias intituladas literatura geral ou livros religiosos?

Mas, apesar disso, é às últimas edições desta pesquisa que recorreremos para a montagem das tabelas a seguir, em cujas linhas e colunas apresentam-se números relativos a títulos e tiragens de a) livros de literatura infantil, b) livros de literatura não infantil e c) livros didáticos.

¹ Neste texto, a expressão literatura infantil recobre também a produção de livros para jovens.

Marisa Lajolo _____

Títulos editados								
	1990	1995	1999	2000	2005	2006	2007	2008
Infantil		5.791	5.968	3.776	2.768	3.031		
Juvenil		3.026	4.241	4.065	1.730	1.519		
Inf+Juv	4.890	8.817	10.209	7.841	4.498	4.550	5.202	6.409
Adulta	3.356	2.089	2.869	2.628	5.399	5.853	5.547	4.455
Didáticos	2.163	13.104	14.861	9.640	15.965	17.911		

Exemplares editados					
	1990	1995	1999	2000	2005
Infantil		39.916.745	36.318.592	26.125.767	14.205.773
Juvenil	31.941.520	13.169.185	9.716.955	7.964.627	8.172.365
Inf+Juv	31.941.520	53.085.930	46.035.547	34.090.394	22.378.138
Adulta	28.896.440		9.537.723	8.568.078	24.906.597
Didáticos	104.308.640	193.736.323	180.339.740	196.223.729	171.531.776

Exemplares editados (cont.)			
	2006	2007	2008
Infantil	12.808.625		
Juvenil	7.548.441		
Inf+Juv	20.357.066	27.275.320	24.94.536
Adulta	22.400.337	21.967.730	16.967.730
Didáticos	171.987.356		

De perfil igualmente instigante, mas também padecendo de algumas restrições, para estabelecimento de um perfil quantitativo da literatura produzida e consumida no Brasil pode dispor-se do estudo que se debruça sobre “O livro no orçamento familiar”.

Baseando-se na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², este estudo, como adequadamente anuncia seu título, olha para livros de outra perspectiva. Ao elencar e comentar números relativos ao consumo de livros, levanta questões interessantes se se assume – como aqui se assume – que discussões sobre literatura nada perdem se também incluírem a dimensão material da recepção – o consumo do livro.

Transformado irremediavelmente em mercadoria desde (ao menos) a ascensão do Romantismo, o livro cumpre percurso similar a tantos outros bens de consumo: é industrialmente produzido, divulgado, exposto, vendido e comprado. Mas, ao contrário de outras mercadorias, nem sempre o livro é comprado por seus usuários finais – os leitores.

Muitas vezes – sobretudo no caso da literatura infantil – o consumo do livro é mediado por terceiros, às vezes representados por uma instituição; em se tratando de obras para crianças, a escola costuma ser a grande intermediária entre livros e leitores.

Levando em conta estas especificidades, bem como as inevitáveis camisas de força que a estatística impõe à realidade que mapeia, “O livro no orçamento familiar” é deveras interessante. No modo como a pesquisa é formatada, o material de leitura inclui-se no grupo de despesas não essenciais e ocupa 0,5% do orçamento familiar total. E, supõe-se, é nessa fração de orçamento que se alojam livros infantis que a pesquisa anteriormente comentada mostrou representarem fração muito significativa, a segunda da produção da indústria editorial brasileira.

Esses 0,5% traduzem-se em R\$ 110,00 por ano por família e o estudo lembra que na época de 2002-2003 o salário mínimo era de R\$ 200,00. Desmontando esses números nas parcelas que os compõem, o estudo revela uma curiosa distribuição desta verba destinada a despesas com material de leitura:

Revistas	37,1%
Jornais	15,2%
Livros didáticos	19,6%
Livros não didáticos	10,1%
Xerox	9,7%
Outros	8,3%

²<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002-2003perfil/default.shtm> é o site indicado como origem dos dados dos quais se vale a pesquisa “O livro no orçamento familiar”.

Chama a atenção, na tabela anterior, a proximidade entre a parcela do orçamento familiar destinada a livros não didáticos e a destinada a xerox. Como a categoria livros não didáticos é muito ampla – inclui livros religiosos, dicionários e livros técnicos –, vê-se que o investimento (presumido) em livros de literatura (infantil e adulta) é muito pequeno. Talvez não chegue nem mesmo a igualar os 9,7% das despesas com xerox.

A pesquisa aponta também que os 10,1% do orçamento familiar empregados na compra de livros não didáticos traduzem-se em R\$ 11,00 ao ano por família. Quantos romances, livros de poemas, contos ou histórias infantis se podiam comprar, em 2002-2003, com R\$ 11,00? Serão muito interessantes pesquisas que venham a relacionar essa quantia (lembrando que ela não é destinada exclusivamente a livros de literatura) ao preço de livros de literatura na época, discriminando, por exemplo, preços médios de livros de diferentes gêneros literários, de literatura infantil e literatura adulta.

Outra das categorias com as quais trabalha “O livro no orçamento familiar” é o local de aquisição dos diferentes materiais de leitura. Neste item, enquanto a escola é o grande ponto de distribuição do livro didático, a livraria e o vendedor ambulante são – nesta ordem – os grandes distribuidores do livro não didático, categoria que, recordemos, inclui livros de literatura.

Como se disse anteriormente, no entanto, uma interpretação mais acurada dos dados sobre livros e leitura que – felizmente! – começam a ser disponibilizados – exige um *know-how* muito maior do que dispõe a autora destas maltraçadas, que é incapaz, por exemplo, de entender a informação de que o peso dos livros escolares considera a aquisição via recebimento de doações. Será por aí que se responde a questões relevantes como quanto dos milhões que o governo federal, através da Fundação Nacional para o Desenvolvimento Escolar (FNDE), investe anualmente em livros é destinado a livros de literatura infantil? E de literatura não infantil? Ao lado dos clássicos – amplamente distribuídos às escolas – autores contemporâneos são também contemplados pelos programas governamentais?

De qualquer maneira, relatórios de pesquisas como os dois de que nos estamos valendo são extremamente úteis. Se, por exemplo, nenhum deles permite avançar muito no necessário esmiuçamento dos dados com que operam, “O livro no orçamento familiar” também não contradiz a conclusão permitida pela pesquisa “Produção e vendas do setor editorial brasileiro”, que aponta que a presença de livros para crianças e jovens – ainda que menor do que a desejada – é maciça no horizonte livresco brasileiro, perdendo apenas para o livro didático, gênero com o qual,

no entanto, mantém parentesco. São laços de família nem sempre vistos com bons olhos, muitas vezes questionados e repudiados, porém – como sempre ocorre com parentes indesejáveis, mesmo nas melhores famílias – inevitáveis!

A partir dos últimos anos do século XX, que têm trazido à tona pesquisas como as anteriormente apresentadas, a literatura infantil brasileira vem manifestando padrão alto de qualidade, reconhecido inclusive internacionalmente. Por duas vezes, autoras brasileiras (Lygia Bojunga Nunes em 1982 e Ana Maria Machado em 2000) receberam o prêmio Hans Christian Andersen, a mais alta distinção conferida a escritores para crianças e jovens. É também constante, a partir de 1993, a presença de livros brasileiros no White Ravens Catalogue, lista de melhores livros selecionados por especialistas da Biblioteca Internacional da Juventude (em Munique, Alemanha) e lançado na prestigiosa Feira Internacional do Livro Infantil de Bolonha³.

Já em âmbito nacional, várias são as premiações que, ao grifarem a qualidade da produção brasileira de literatura infantil, assinalam, em outra leitura, a complexidade – a natureza compósita do gênero. Pela primeira vez, em 1959 o prestigioso prêmio Jabuti – concedido pela CBL – incluiu um livro infantil entre os premiados: a simpática estatueta foi concedida a Renato Sêneca Fleury.

A partir de 1998, a Academia Brasileira de Letras (ABL) institui um prêmio específico para a literatura infantil e juvenil, prêmio que – desde então – é regularmente atribuído a um(a) autor(a). Ao lado de outros, e na mesma direção de reconhecer a natureza artística e literária de livros para crianças, funciona o prêmio concedido pela Associação Paulista dos Críticos de Artes (APCA).

Simultaneamente a essa inclusão de obras infantis entre os mais prestigiosos prêmios literários brasileiros, observa-se também vertiginosa multiplicação das categorias pelas quais se distribuem prêmios mais especificamente destinados à produção para crianças. Tal movimento parece representar não apenas complexidade crescente dos livros para crianças, mas sobretudo um refinamento maior no olhar que olha o gênero infantil, discriminando as feições que tornam a literatura infantil – como dito anteriormente – um gênero compósito. O refinamento epistemológico da balança que pesa a literatura infantil ou do metro que a mede, migrando para os estudos literários *tout court* pode representar uma contribuição interessante.

³ Conferir o site International Children's Digital Library.
<http://www.childrenslibrary.org/servlet/WhiteRavens> consultado em 14.06.2010.

Assim é que o prêmio Jabuti, concedido pela CBL, por exemplo, embora não distinga as categorias infantil e juvenil unificando-as num prêmio único, distingue ambas da categoria ilustração.

Já se torna visível, aqui, a sutil dialética texto/imagem, linguagem verbal/linguagem visual que encontra sua síntese no objeto livro e que é fundamental para uma concepção de literatura que materialize seu objeto, concebendo-o como ultrapassando o texto e chegando ao livro. Para além do texto – do qual é suporte – um livro, em suas diferentes edições, sua capa, e ilustrações, por exemplo, pede um olhar mais complexo e refinado e talvez o que este olhar veja também faça parte do que se considera literatura.

Ilustrando o ponto acima: um belíssimo trabalho de pesquisa de Luis Camargo discute como diferentes edições de *Ou isto ou aquilo*, de Cecília Meireles, constroem diferentes efeitos de sentido. A hipótese não pode valer também para obras não infantis? Uma edição de Jorge Amado ilustrada por Carybé tem os mesmos efeitos de sentido que uma edição de bolso da mesma história? Ou melhor ainda: trata-se de uma mesma história⁴?

Particularmente no campo das letras infantis, desde muito cedo o gênero circulou em livros que acoplavam visual e verbal. Vem dessa parceria, por exemplo, a designação álbum para a produção de *Pere Castor* (Abreu, 2010) ou a denominação “livros de figuras”, mencionados por Bandeira em suas memórias de leitura.

Conta o poeta pernambucano:

Procuro me lembrar de outras impressões poéticas da primeira infância e eis que me acodem os primeiros livros de imagens: João Felpudo, Simplício olha para o ar, Viagem à roda do mundo num casquinha de noz. Sobretudo este último teve influência muito forte em mim; por ele adquirir a noção de haver uma realidade mais bela, diferente da realidade cotidiana, e a página do macaco tirando cocos para os meninos despertou o meu primeiro desejo de evasão. No fundo, já era Pasárgada que se renunciava. (Bandeira, 1957, p. 11).

O espetacular desenvolvimento da indústria gráfica e, mais recentemente, da informática parece ter encontrado no gênero infantil campo

⁴ Para discussão do livro de Cecília Meireles, cf. Luis Camargo: A relação entre imagem e texto na ilustração de poesia infantil. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/poesiainfantilport.htm>. Consulta em 16.06.2010. Em relação a Jorge Amado, penso, por exemplo, na edição de *A morte de Quincas Berro D'água*, dada à luz pelas Edições Aluimbramento em 1978.

extremamente favorável à incrível inventividade para a qual a tecnologia hoje disponível serve de suporte. Sérgio Capparelli (ver site Caparelli, 2010) é exemplo de um autor cuja obra – parcialmente duplicada em livro e em tela – aproveita-se dos recursos da informática na construção de novos pactos com o leitor de poesia. Seus ciber poemas (denominação usada pelo próprio autor) online materializam, por exemplo, a abertura e a interatividade que, na página impressa, eram metáforas, sinalizando apenas a virtualidade e a instabilidade dos sentidos próprias da linguagem verbal.

A vasta e magnífica obra de Ângela Lago (1994) é uma excelente porta de entrada para a riqueza semiótica de obras – por assim dizer – multilíngues e polifônicas. Ilustradora de seus próprios livros, a autora manifesta neles uma precoce percepção das múltiplas linguagens da modernidade. Manifesta também a pavimentação de um itinerário cuidadoso que a leva das páginas do livro à tela do computador, encontrando na Internet suporte e linguagem para trabalhos altamente instigantes.

Desde 1994, no entanto, em seu premiado livro *Cena de rua*, Ângela Lago (1994) vale-se de recursos não verbais para narrar a história do menino que vende frutas em um semáforo. Para além do rigor das imagens recortadas em cores fortes, à própria materialidade do livro – a dobra da folha – é conferida uma função narrativa. O resultado final é o que se poderia chamar de um livro rigorosamente interativo cuja materialidade de objeto tridimensional também participa da construção dos sentidos da história: virar suas folhas faz seu protagonista mover-se.

Se pudermos pensar nessa bem-sucedida experiência como antecipação das possibilidades abertas pelo computador e pela Internet (o que, por sua vez, retoma propostas do Concretismo paulista dos anos 1950), podemos considerar Ângela Lago como precursora de si mesma, uma vez que seu requintado site é uma bela amostra das possibilidades estéticas da linguagem eletrônica.

Mas a ilustração não é o único elemento não verbal que atrai o olhar dos estudiosos da literatura infantil.

Nos prêmios conferidos pela Fundação Nacional da Literatura Infantil e Juvenil (FNLIJ), conforme o site da instituição – a mais importante instituição brasileira voltada para literatura infantil –, a crescente complexidade dos livros para crianças expressa-se de forma clara. Na progressiva inclusão de novas categorias para os prêmios anualmente concedidos, manifesta-se o refinamento do olhar que especialistas da área vêm construindo. Distinguindo desde 1978 livros para crianças de livros para jovens, e incluindo a partir de 1981 um prêmio para imagem, daí para frente as categorias se multiplicam de forma aparentemente irreversível.

Sem contar alguns prêmios especiais e outros *hors-concours*, a partir dos finais do século passado, a FNLIJ distingue e premia, no imenso conjunto de livros infantis em circulação, tradução (1988), livro informativo (1992), poesia (1992), escritor revelação (1992), ilustrador revelação (1993), projeto editorial (1993), livro brinquedo (1997), teatro (1997), teórico (1999), conto (2000) e literatura em língua portuguesa (2005).

Esta percepção mais minuciosa da literatura infantil é provavelmente fruto do encorpamento acadêmico da área e de seu discreto trânsito da área da Educação e Pedagogia para a área de Letras. Em sua magra tradição ensaística, os pioneiros mais remotos são três clássicos: *Problemas de literatura infantil*, de Cecília Meireles (1951), *Compêndio de literatura infantil*, de Bárbara Vasconcelos de Carvalho (1955), e *Literatura infantil brasileira*, de Leonardo Arroyo (1968). Mais modernamente destacam-se: em 1983, *Literatura infantil: teoria e prática*, de Antonieta Antunes Cunha e, no mesmo ano, o *Dicionário crítico de literatura infantil/juvenil*, de Nelly Novais Coelho.

Até os anos 1970 contavam-se nos dedos cursos universitários, pesquisas acadêmicas e produções críticas que se ocupavam da literatura infantil. Embora ainda hoje certas malhas do sistema literário – sobretudo as universitárias – tratem como subalternos tanto o gênero infantil quanto seus autores e pesquisadores, o panorama começa a se alterar.

As décadas seguintes assistem a considerável incremento do ensaísmo que o gênero inspira, em artigos, livros, revistas acadêmicas e sites muitas vezes motivados por congressos e seminários, eventos que também se multiplicam e não poucas vezes se consolidam em instituições.

Ocorre em 1978, por iniciativa do Prof. Ezequiel Theodoro da Silva, o I Congresso de Leitura (Cole) na Unicamp, a partir do qual, poucos anos depois (1981), cria-se a Associação de Leitura do Brasil, conforme o site da instituição. Tem lugar, em 1980, um Primeiro Encontro de Professores Universitários de Literatura Infantil e Juvenil e 1982 é o ano da Primeira Jornada Sul Rio Grandense de Literatura em Passo Fundo por iniciativa da Prof. Tânia Rosing, sendo que a partir de 1983 as Jornadas tornam-se Nacionais.

Como se vê, avolumou-se a publicação acadêmica e não acadêmica sobre o gênero, multiplicando-se os formatos através dos quais a literatura infantil brasileira – ainda que com algumas recaídas no discurso da ingenuidade e do pedagógico – vai constituindo sua identidade epistemológica, identidade que se articula bem ao já mencionado reconhecimento internacional da qualidade da literatura brasileira para crianças e jovens.

É interessante observar aqui que esse amadurecimento ocorre no bojo de um movimento de internacionalização da literatura para crianças e jovens, do qual o International Board of Books for Youth – o IBBY – é a expressão maior, com representação em diferentes países: no Brasil, é representado pela já mencionada FNLIJ.

Fundado em 1953 na Suíça, sob a comção do pós-guerra e apostando na força da leitura literária para a construção da paz, o IBBY consolida-se nos anos seguintes como a grande instituição voltada para a literatura infantil. Além de sua ativa presença na oferta de seminários e *workshops* para profissionais da literatura infantil, seus prêmios (como o já mencionado Hans Christian Andersen) e congressos são símbolos e momentos importantes na área.

A proposta do IBBY – de valorizar e promover a leitura – cria raízes e inspira outras iniciativas internacionais que contribuem para um movimento de globalização de livros e discussões de e sobre literatura infantil.

Este perfil – digamos supra-nacional – que a literatura infantil vai assumindo reforça-se (regionalizando-se) a partir de 1971, com a criação do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), ligado à Unesco, com sede na Colômbia (Bogotá). Sua missão de fomentar sociedades leitoras traduz-se na assistência técnica que oferece para desenvolvimento de políticas de leitura.

No âmbito brasileiro, em 1992, cria-se o Proler, ligado à Biblioteca Nacional e incansavelmente dedicado ao fomento da leitura. Nasce em 1999 a Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil voltada para defesa dos interesses de escritores e ilustradores – duas classes importantíssimas de profissionais envolvidos com a literatura infantil – que conta com mais de 200 associados.

Aparentemente, muito mais do que na área da literatura não infantil, escritores e ilustradores de livros para crianças reúnem-se em associações extremamente ativas, voltadas para os interesses de seus associados. Tais interesses, às vezes, na voz das associações, tanto parecem confundir-se com os interesses da literatura infantil quanto com os interesses do público leitor.

Os movimentos e discussões que no final do século XIX levaram à fundação da Academia Brasileira de Letras (Rodrigues, 2001) – comparados ao contemporâneo associativismo dos profissionais dos livros infantis – parecem sugerir que movimentos associativos, na área da literatura, apontam para questões tanto de profissionalização de escritores quanto de incremento do capital simbólico representado pela dedicação às letras, quer sejam estas destinadas a maiores ou a menores de idade.

Cria-se, em 2006, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)⁵ que tem como finalidade básica “assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional”.

Como se vê, é muito forte o movimento de institucionalização da leitura – e, por tabela, da literatura infantil – a partir do final do século XX, multiplicando-se iniciativas que têm, por um lado, nas crianças e nos jovens o alvo final de suas ações e, por outro, a indústria do livro como parceira e também beneficiária.

O cenário até aqui delineado ilumina-se mais se incluirmos nele a presença forte do estado na compra de livros para crianças através de projetos e políticas de criação e manutenção de bibliotecas escolares ou da oferta de livros a alunos. A partir dos anos 80, diferentes programas são responsáveis pelo escoamento maior da produção da área.

Inaugurada em 1982, a Ciranda de Livros (parceria da FNLIJ com os laboratórios Hoescht e a Fundação Roberto Marinho) é pioneira na disponibilização de livros para a escola e inspira a partir de 1984 o projeto – já então assumido pelo Governo Federal – Salas de Leitura, versão zero do contemporâneo e bem-sucedido Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE). Fazendo parte do PNLL, esse programa – gerenciado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério de Educação – tem a missão de distribuir acervos de livros de literatura para estruturar as bibliotecas das escolas públicas. Passando, a partir de sua criação, por várias reformatações, o PNBE previa em 2007 um orçamento de 54 milhões de reais, cifra que dialoga razoavelmente com os mais de R\$ 55 milhões que a Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro de 2008 registra como representando o faturamento relativo ao PNBE.

O Diário Oficial da União – disponível na Internet – divulga editais, listas de obras selecionadas para os vários programas, bem como verbas destinadas à compra de livros. O volume de dinheiro público envolvido em tais programas acaba, talvez, impondo novos modos de ser para o gênero infantil, uma vez que o necessário rigor da seleção operada, pautada por critérios rígidos preestabelecidos, atenta a minúcias, corre

⁵ O site da instituição em <http://www.pnll.gov.br/> define o PNLL como um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia a dia do brasileiro.

o risco tanto de pasteurizar o gênero quanto de torná-lo uma espécie de refém de expectativas talvez alheias à literatura.

Mas são exatamente esses riscos que corre que talvez confiram à literatura brasileira para crianças exemplar modernidade. Mais do que a literatura não infantil, a infantil vive um a atmosfera radical de segmentação de mercado, de profissionalismo dos produtores de sua matéria-prima (autores e ilustradores), de agressividade dos produtores de suas mercadorias (editores), de maturidade do discurso que a legitima (crítica e ensaísmo acadêmico) e de ampla sustentação ideológica (a importância da leitura), tudo endossado por políticas de Estado que valorizam a leitura e por verbas públicas (não poucas vezes em parceria com a iniciativa privada) que a financiam.

Talvez seja possível, então, trabalhar a hipótese de que estes aspectos todos articulam-se e expressam-se também no interior de textos voltados para o público infantil, através de histórias e poemas de temática metalinguística, nos quais se destacam escritores, livros, leitores e leitura.

O premiado livro de Pedro Bandeira (2010), *O fantástico mistério de Feiurinha* (Prêmio APCA de 1986), é um excelente exemplo desse movimento.

A história é narrada em primeira pessoa por um escritor e gira em torno do desaparecimento e encontro de uma princesa, a Feiurinha. Metalinguagem e intertextualidade dão consistência ao divertido enredo, que retoma, com humor e lirismo, histórias infantis tradicionais. No elenco de personagens, Cinderela, Branca de Neve, Bela Adormecida, Rapunzel e Chapeuzinho Vermelho, entre outras, trazem para o livro traços caricatos de sua história original: Chapeuzinho, por exemplo, lamenta Perrault não ter incluído um príncipe encantado no seu enredo, e Branca de Neve desenvolve aversão intensa a maçãs.

Mas, embora heroínas, não é delas o protagonismo da história.

Protagonista é, num primeiro momento, um escritor aliado das princesas na busca pela desaparecida Feiurinha, tematizando-se, assim, a importância da escrita para a permanência de enredos e personagens na memória de uma dada comunidade: escrever histórias é forma de conferir eternidade às personagens que dela participam, ensina o texto.

E, nas entrelinhas da história, outro recado: ler histórias faz o leitor participar desta eternidade.

Nesta instância que aponta uma necessária materialização do que tradicionalmente se confiava à memória e à voz, o texto apresenta a escrita como a linguagem de que dispõe a humanidade para tornar eternas algumas histórias. E como o livro, recentemente, ganhou versão cinematográfica (Yamazaki, 2009), pode-se dizer que a escrita ganhou

outras parceiras na sua ancestral tarefa de constituir um suporte material para a memória e para a voz humana.

Trabalhando a aposta na imortalidade do que se registra por escrito, esse belo livro de Pedro Bandeira retoma um dos temas mais constantes da arte: a obra artística como instrumento de imortalidade, imortalidade que reveste tanto seu produtor (o artista), quanto o produto de seu trabalho (a obra e o tema de que ela se ocupa).

Nesta linha, assim como a invenção de Gutenberg pôde trazer até nós a expressão que os antigos deram a emoções humanas como o amor e a vingança representados pela Medeia de Eurípedes, também histórias como as narradas pelos contos infantis mais tradicionais precisam ser eternizadas porque (como sugerem algumas de suas interpretações) cifram em seus enredos questões fundamentais da humanidade.

Cinderela e Branca de Neve, nas malvadezas de suas madrastas, não podem nos ensinar dos avessos do amor materno, às vezes manifestado pela própria figura da mãe? E a história de Chapeuzinho Vermelho não pode sinalizar as tentações e os perigos da sexualidade precoce? Parece que sim, que essas histórias duram tanto e são tantas vezes reescritas porque servem sob medida de transmissão de valores importantes para a sobrevivência humana.

Ao tematizar, então, a crise deflagrada pelo desaparecimento de Feiurinha, o livro de Bandeira recoloca a questão. Sem literatura, como podem sobreviver as princesas?, queixa-se Branca de Neve. E como, sem princesas, pode sobreviver a humanidade?, queixa-se o leitor que – como as princesas, como o autor e como outros autores e pesquisadores consultados por ele – também não consegue lembrar-se de Feiurinha.

O *happy end* vem pela voz de uma personagem que não tem nem os atavios das princesas do cânone, nem tampouco as credenciais do escritor. Quem resgata a história de Feiurinha é Jerusa, empregada doméstica. Conhecendo, recordando e contando a história da princesa perdida, restaura a harmônica relação entre literatura e sobrevivência, uma vez que, na sequência da narração de Jerusa, o escritor é capaz de escrevê-la.

Feiurinha reescreve, assim, modernizando-a, a lição mais antiga.

Hoje não basta contar e ouvir histórias. É preciso escrevê-las, negócio complicado que começa envolvendo, por exemplo, problemas de autoria, tema de ponta nos estudos literários. E não é que o enredo inventado por Pedro Bandeira patrocina uma discussão do tópico? Quem será o autor da história de Feiurinha: o escritor que a escreve, ou a Jerusa que a conta? Esse tópico, na trama interna da história, traz para o livro um tema que cintila constantemente na melhor literatura contemporânea.

Por outro lado – e quem sabe exatamente por isso – desde 1986, ano de sua primeira edição, o livro *O fantástico mistério de Feiurinha* vem tendo uma espetacular resposta de leitores. Suas várias edições e centenas de reimpressões traduzem-se em mais de meio milhão de exemplares vendidos no mercado e nos mais de dois milhões de exemplares vendidos ao governo⁶.

Fiquemos por aqui.

Reencontrada Feiurinha, confirma-se interna e externamente, no texto e no livro, a relevância da literatura infantil, no panorama contemporâneo da literatura brasileira.

Referências bibliográficas

- ARROYO, Leonardo (1968). *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para sua história e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos.
- ABREU, Tâmara Maria Costa e Silva Nogueira de (2010). *O livro para criança em tempo de Escola Nova*: Monteiro Lobato & Paul Faucher. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp.
- BANDEIRA, Manuel (1957). *Itinerário de Pasárgada*. Rondonia: Livraia São José.
- BANDEIRA, Pedro (2010). *O fantástico mistério de Feiurinha*. São Paulo: Moderna.
- CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de (1955). *Compêndio de literatura infantil*. São Paulo: IBEP.
- COELHO, Nelly Novais (1983). *Dicionário crítico de Literatura infantil/juvenil brasileira: 1882-1982*. São Paulo: Quiron.
- CUNHA, Antonieta Antunes (1983). *Literatura infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática.
- LAGO, Ângela (1994). *Cena de rua*. Belo Horizonte: RHJ.
- LOBATO, Monteiro (1956). *Prefácios e entrevistas*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 255 . A edição consultada registra apenas que se trata de entrevista dada a Leitura.
- MEIRELES, Cecília (1951). *Problemas de literatura infantil*. Belo Horizonte: Publicações da Secretaria do Estado de Minas Gerais.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Sousa (2001). *A dança das cadeiras*. Campinas: Editora da Unicamp.

Sites consultados

<http://www.aeilij.org.br> em 17.06.2010 registrava 234 sócios.

⁶ Informações fornecidas por Pedro Bandeira à autora.

Marisa Lajolo _____

<http://www.alb.com.br/portal.html> consultado em 18.06.2010.
<http://www.angela-lago.com.br> consultado em 10.06.2010.
<http://www.bn.br/proler/> consultado em 18.06.2010.
<http://www.capparelli.com.br> consultado em 10.06.2010.
<http://www.cerlalc.org/> consultado em 18.06.2010.
<http://www.ibby.org/> consultado em 18.06.2010.
<http://www.in.gov.br/> consultado em 20.06.2010.
<http://www.fnlij.org.br/> consultado em 18.06.2010.
http://www.vivaleitura.com.br/pnl12/mapa_show.asp?proj=448
consultado em 16.06.2010.

Filme

YAMAZAKI, Tizuca (Dir.) (2009). *Xuxa e o mistério de Feiurinha*.

Recebido em junho de 2010.

Aprovado para publicação em agosto de 2010.

resumo/abstract

Literatura infantil brasileira e estudos literários

Marisa Lajolo

O artigo discute algumas feições assumidas pela produção e circulação de obras brasileiras contemporâneas voltadas para crianças e jovens a partir das transformações sofridas pela sociedade brasileira nos últimos 40 anos, sobretudo no que diz respeito ao financiamento e legitimação de bens culturais.

Palavras-chave: mercado, instituições literárias, circulação de livros

Brazilian children's literature and literary studies

Marisa Lajolo

The article discusses some features undertaken by production and circulation of contemporary Brazilian works aimed at children and adolescents, with base on the changes that affected Brazilian society for the last 40 years, mainly regarding financial investments and legitimization of cultural property.

Key words: market, literary institutions, circulation of books

Marisa Lajolo - "Literatura infantil brasileira e estudos literários". *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 36. Brasília, julho-dezembro de 2010, p. 97-110.